



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TARDE

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - PSICÓLOGO - PSICOLOGIA

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Será coletada a impressão digital de todos os candidatos em campo específico da lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasara a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

§1º Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

§2º A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

§3º Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

§4º A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

§5º Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

§6º E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes.

§7º Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]

§8º A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilá: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

§9º Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

§10º Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

§11º Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

§12º Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

§13º Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

§14º A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

§15º A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

§16º As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos. E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

1

“Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (Texto 1, 3º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a desaconselhar a repetição de palavras, sob a alegação de que isso prejudicaria a eufonia do texto.

Na passagem acima, porém, a repetição do advérbio “mais” desempenha a função de indicar:

- (A) ressalva;
- (B) intensidade;
- (C) progressividade;
- (D) impessoalidade;
- (E) desfavorecimento.

2

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com uma modificação.

O único caso em que essa modificação NÃO produz erro quanto à flexão ou grafia de uma forma verbal é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: [...]” (2º parágrafo) -> Tratam-se de plantas robustas e viçosas, que crescem rápido e dão muitos frutos;
- (B) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> As bananeiras domesticadas, cujas frutas nós comemos, não tem sementes;
- (C) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não possui sementes;
- (D) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> Na bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não há sementes;
- (E) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes” (8º parágrafo) -> E voilà: desenvolveu-se bananeiras que produzem frutos sem sementes.

3

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.” (linha fina, situada abaixo do título)

Nas alternativas a seguir, há versões modificadas dos três períodos que compõem a passagem acima. A única modificação que acarreta erro quanto ao uso do acento grave é:

- (A) Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas umas às outras;
- (B) Isso leva à conclusão de que uma doença poderia arrasar a produção mundial;
- (C) Isso significa que uma doença poderia causar prejuízos à produção mundial;
- (D) Entenda o que ameaça a banana – e o esforço para que se chegue à uma maneira de salvá-la;
- (E) Entenda o que traz ameaças à banana – e a corrida para tentar salvá-la.

4

“A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo)

A reescritura dessa passagem que NÃO gera erro gramatical é:

- (A) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso torna-a muito mais agradável de consumir;
- (B) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso lhe torna muito mais agradável de consumir;
- (C) A bananeira domesticada, que as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (D) A bananeira domesticada, cujo as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (E) A bananeira domesticada, de cujas frutas nós nos aproveitamos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.

5

“A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens [...] e também organizou um bloqueio naval.” (15º parágrafo)

A única reescritura do período acima que preserva todas as relações de significado da passagem original é:

- (A) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, além de armar, financiar e treinar 480 homens, ainda organizou um bloqueio naval;
- (B) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, a fim de financiar e treinar, 480 homens, e também organizou um bloqueio naval;
- (C) A operação, à medida que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA – a qual armou, financiou e treinou 480 homens e, por conseguinte, organizou um bloqueio naval;
- (D) A operação, que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA, a qual armou, financiou e treinou 480 homens, embora tenha organizado um bloqueio naval;
- (E) A operação, que teve como codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, no entanto, armou, financiou e treinou 480 homens e também organizou um bloqueio naval.

6

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (9º parágrafo)

Tipicamente, uma oração condicional expressa uma condição que precisa ser satisfeita para que uma determinada situação seja verdadeira. Na passagem acima, porém, isso não ocorre, o que caracteriza um uso não convencional da oração condicional.

A alternativa em que se verifica um uso não convencional, análogo ao da passagem acima, da oração condicional é:

- (A) Eu, caso ganhe na loteria, darei a volta ao mundo;
- (B) Se você estiver com fome, tem comida na geladeira;
- (C) Se acaso você viesse, eu não me conteria de felicidade;
- (D) Vou ajudá-lo com essa tarefa, ainda que você não mereça;
- (E) Posso até ir com você, mas desde que você se comporte.

7

Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que o significado do elemento sublinhado foi identificado INCORRETAMENTE é:

- (A) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo) – oposição;
- (B) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada” (4º parágrafo) – modo;
- (C) “Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes [...]” (5º parágrafo) – comparação;
- (D) “As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.” (5º parágrafo) – conclusão;
- (E) “Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana.” (10º parágrafo) – finalidade.

8

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (Texto 1, 9º parágrafo)

Nessa passagem, o uso do pronome demonstrativo “aqueles” produz o efeito de:

- (A) evidenciar um equívoco dos papuásios;
- (B) exprimir concordância entre os cientistas;
- (C) expressar perplexidade quanto a uma tese;
- (D) simular proximidade entre enunciador e leitor;
- (E) levantar dúvida em relação a uma constatação.

9

“A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo)

“A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos.” (16º parágrafo)

Nas duas passagens acima, o futuro do pretérito exprime significados distintos.

A alternativa em que o futuro do pretérito apresenta, respectivamente, os mesmos significados observados nas passagens acima é:

- (A) O acusado alegou que a vítima teria reagido. / Ele avisou que chegaria tarde;
- (B) Se eu fosse você, não viria. / Mesmo em uma situação dramática, ele não colaboraria;
- (C) Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos. / Quem aceitaria uma proposta dessas?!
- (D) Você me ajudaria com esse problema? / Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos;
- (E) Ninguém te ajudaria, caso isso tivesse acontecido. / Naquele momento, eu não sabia que daria tudo certo.

10

“Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...]” (10º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e consequentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- (A) O irmão do meu amigo saiu cedo, mas o mesmo nunca tem hora para voltar;
- (B) É melhor tomar cuidado com esse carro, porque o mesmo sempre dá defeito;
- (C) O mundo se mobilizou para derrotar a covid, mas o mesmo não ocorre com as doenças tropicais;
- (D) O Carlos sempre manda mensagem para o José; o mesmo, porém, nunca demonstra gratidão;
- (E) Eu comprei um livro maravilhoso há quase duas semanas, mas o mesmo ainda não foi entregue.

11

No texto, predomina a função referencial, na qual o enunciador é invisibilizado e o conteúdo (ou referente) é colocado em foco.

Apesar disso, há passagens em que se pode constatar a presença da função emotiva, na qual o enunciador ganha proeminência na construção do discurso.

A única alternativa em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de função emotiva é:

- (A) “A United Fruit, obviamente, não gostou.” (14º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo);
- (C) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.” (8º parágrafo);
- (D) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado.” (1º parágrafo);
- (E) “Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior” (5º parágrafo).

12

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras.” (Texto 1, linha fina, situada abaixo do título)

Nessa passagem, os dois-pontos introduzem uma especificação.

Dentre os usos abaixo, o único em que os dois-pontos NÃO introduzem uma especificação, e sim uma explicação, é:

- (A) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (3º parágrafo);
- (C) “Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.” (9º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.” (7º parágrafo);
- (E) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo).

13

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com o acréscimo ou supressão de pelo menos uma vírgula.

O único caso em que essa alteração NÃO produz mudança substancial de significado NEM acarreta erro gramatical é:

- (A) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado [...]” (1º parágrafo) -> O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto, estranhamente, deformado;
- (B) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos o Enfeitiçado;
- (C) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II rei da Espanha entre 1665 e 1700 também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado;
- (D) “[...] os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças” (3º parágrafo) -> Os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente e foram acumulando mutações causadoras de doenças;
- (E) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada cujas frutas nós comemos não tem sementes.

14

A conjunção “e” apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exhibe, adicionalmente, valor conclusivo é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa [...]” (2º parágrafo);
- (B) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (C) “[...] o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer [...]” (7º parágrafo);
- (E) “As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar” (16º parágrafo).

15

Textos produzidos em registro semiformal frequentemente apresentam usos que não obedecem às prescrições gramaticais.

Um exemplo dessa situação pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo.” (Linha fina, situada abaixo do título);
- (B) “Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo);
- (C) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: [...]” (7º parágrafo);
- (D) “A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo);
- (E) “Se opôs duramente ao novo governo [...]” (14º parágrafo).

Noções de Legislação

16

As autoridades competentes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul estão analisando a viabilidade de criação, elevação, rebaixamento e extinção de comarcas.

Nesse contexto, considerando o disposto no Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei nº 1.511/1994), é correto afirmar que é requisito essencial para a criação e instalação de uma nova comarca:

- (A) extensão territorial mínima de oitocentos quilômetros quadrados;
- (B) mínimo de cinco mil eleitores inscritos;
- (C) movimento forense não inferior a quatrocentos feitos judiciais;
- (D) população mínima de cinquenta mil habitantes;
- (E) trezentas casas na sede, pelo menos.

17

De acordo com a Portaria nº 2.100, de 04.08.2021, a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem por finalidade realizar os serviços auxiliares indispensáveis ao pleno desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas do órgão de cúpula do Poder Judiciário. A referida Secretaria é integrada pela Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.

À luz do mencionado ato normativo, é correto afirmar que está na estrutura da Presidência:

- (A) o Departamento de Precatórios;
- (B) o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas;
- (C) o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;
- (D) o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
- (E) o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

18

Joyce, estagiária junto ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, perguntou a Mariana, servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão, que trabalha no mesmo órgão, sobre a possibilidade de receber brindes e presentes no exercício de sua atividade.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Portaria nº 2.121, de 08.11.2021, Mariana respondeu corretamente que:

- (A) a vedação relacionada ao recebimento de brindes e presentes não se aplica aos estagiários, enquanto colaboradores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul;
- (B) é vedado o recebimento de quaisquer brindes ou presentes, ainda que não tenham valor comercial ou que sejam distribuídos por entidades sem fins lucrativos a título de divulgação;
- (C) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, caso não seja possível a devolução sem custos para o recebedor ou constrangimento perante a pessoa concedente, é necessário comunicar o fato aos órgãos competentes, para promover a doação para entidades sem fins lucrativos;
- (D) a vedação de recebimento de brindes ou presentes não se aplica àqueles que forem distribuídos por entidade de qualquer natureza por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de 1 (um) salário-mínimo;
- (E) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, se por qualquer razão, esses não puderem ser recusados, o fato deve ser comunicado ao gestor da unidade ou comitê de compliance, a fim de que sejam adotadas as providências pertinentes para tanto.

19

Marcelino foi aprovado no concurso de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, de modo que, no ato da posse, firmou compromisso de cumprimento das normas de conduta ética.

À luz do Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21.07.2021), é correto afirmar que ele assumiu o compromisso de:

- (A) atuar com assertividade e apreço pela verdade, salvo se tal atuação for contrária à pessoa interessada ou à administração;
- (B) manifestar-se em nome do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mesmo que sem permissão da autoridade competente;
- (C) evitar assumir posição de intransigência, respeitando os posicionamentos e as ideias divergentes, sem prejuízo do dever de representar contra irregularidades;
- (D) buscar o desenvolvimento profissional e a aplicação das inovações surgidas na área de sua atuação, evitando, contudo, disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional;
- (E) observar os princípios e normas estabelecidos no aludido Código no âmbito de sua atuação funcional, de modo que não precisa atentar para tanto em sua atuação particular, ainda que isso possa comprometer o exercício de suas atribuições.

20

Diante da notícia acerca da reformulação de determinada carreira no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, Nayara ficou muito preocupada com a sua situação funcional, considerando ser servidora estável de um dos cargos que devem ser extintos.

Em razão disso, Nayara passou a perquirir as normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006) acerca do tema, vindo a concluir corretamente que a extinção do cargo por ela ocupado:

- (A) deverá importar em sua exoneração, pois ela não cometeu qualquer falta funcional que pudesse ensejar a sua demissão;
- (B) não poderá importar em sua disponibilidade, por essa se tratar de penalidade aplicável a servidor que cometeu falta funcional;
- (C) deverá importar em seu aproveitamento em cargo ou padrão superior ao que ocupava anteriormente;
- (D) poderá importar em seu aproveitamento, sendo viável que esse se dê em cargo de padrão inferior ao que ocupava, situação em que ela terá direito à diferença salarial correspondente;
- (E) poderá importar em sua disponibilidade, com a mesma remuneração que percebia, independentemente de seu tempo de contribuição para a aposentadoria.

Conhecimentos Específicos

21

Inconformado com a decisão de Paula de pôr fim ao casamento, Carlos passou a fazer publicações em redes sociais acusando a ex-mulher de gastar todo o salário em bares e voltar para casa bêbada todos os dias.

De acordo com o disposto na Lei nº 11.340/2006, Carlos está praticando violência:

- (A) moral na forma de difamação;
- (B) psicológica na forma de calúnia;
- (C) virtual na forma de *cyberbullying*;
- (D) patrimonial na forma de controle de gastos;
- (E) de gênero na forma de violação da privacidade.

22

Após uma mudança de escola, Nicole, 14 anos, passou a usar roupas de mangas compridas mesmo em dias muito quentes. Sua mãe, Irene, procurou orientação psicológica ao descobrir que Nicole estava com cicatrizes nos braços decorrentes de cortes feitos pela própria adolescente.

Sobre essa situação de autolesão, é correto afirmar que:

- (A) se trata de psicopatologia classificada como transtorno de imagem corporal, como a anorexia e a bulimia;
- (B) se trata de sintoma prodromático do desenvolvimento de um quadro de transtorno de personalidade bipolar;
- (C) é um modismo comum entre adolescentes, que acaba sendo reforçado pelos pares e pela atenção dos pais e da escola;
- (D) há incidência maior dessa prática entre adolescentes do sexo feminino de camadas socioeconômicas privilegiadas;
- (E) se trata de um comportamento motivado pela expectativa da adolescente de obter alívio para suas angústias e dificuldades interpessoais.

23

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi criado para regulamentar a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Essa iniciativa é fundamental porque objetiva:

- (A) a punição do adolescente como resposta social diante da gravidade dos atos infracionais praticados pelos jovens no estado brasileiro;
- (B) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, através de seu aprisionamento no sistema prisional;
- (C) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;
- (D) a desaprovação da conduta infracional, através de sentenças duras que apliquem o máximo de penas privativas de liberdade;
- (E) A criação de vagas de prisão para adolescentes pelos municípios de forma a garantir a oferta de programas de atendimento socioeducativo próximos de casa.

24

Uma notícia de jornal informou que uma menina de 11 anos e uma adolescente de 16 anos foram resgatadas de uma casa de prostituição em uma cidade do interior. Elas estavam em um quarto na companhia de dois homens. Uma mulher de 26 anos, que seria a responsável pelo bordel, foi presa em flagrante.

Considerando a situação relatada acima e a legislação que contempla os direitos de crianças e adolescentes, a(s) medida(s) passível(is) de ser(em) aplicada(s) é(são):

- (A) uma medida socioeducativa em desfavor da adolescente pelo delito de prostituição;
- (B) a realização de depoimento especial pela equipe interdisciplinar da Vara de Infância e Juventude;
- (C) medidas protetivas em favor da adolescente e da menina pela situação de exploração sexual;
- (D) uma pena psicossocial de acolhimento institucional para a menina de 11 anos;
- (E) a representação por infração administrativa em face da mulher pelo abuso sexual das menores.

25

A assistente social Joana, 63 anos, está vivendo um período de conflito interno. Ela reúne as condições objetivas para requerer sua aposentadoria e se vê cansada de lidar com os desafios diários de sua profissão. Por outro lado, Joana ainda não tem outros projetos, lamenta a possibilidade de perder a convivência com os amigos de trabalho de tantos anos e teme acabar se tornando a principal cuidadora de sua mãe idosa de 90 anos. Joana buscou uma psicoterapia breve para ajudá-la nesse processo de decisão.

No que se refere a essa modalidade de psicoterapia, analise as características a seguir.

I – a seleção de um foco terapêutico em conjunto com o terapeuta;

II – o uso do recurso técnico da atenção flutuante pelo terapeuta;

III – o planejamento com a previsão de um prazo para o término da intervenção.

São características da psicoterapia breve:

- (A) I e II, apenas;
- (B) I e III, apenas;
- (C) II e III, apenas;
- (D) II, apenas;
- (E) I, II e III.

26

Para o direito penal, o estudo das falsas memórias possui particular importância na medida em que impacta decisões judiciais. Muitas vezes, a certeza sobre os fatos é buscada em depoimentos testemunhais das vítimas, sobretudo em casos de crimes que ocorrem no âmbito privado.

Sobre as falsas memórias, é correto afirmar que:

- (A) são atos conscientes equivalentes a mentiras;
- (B) são decorrência de transtornos neurocognitivos;
- (C) podem ser distorções de uma memória original;
- (D) são aquelas implantadas pela própria pessoa;
- (E) podem ser lembranças de experiências factuais.

27

A Resolução CFP nº 001/2009 dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.

De acordo com a resolução, é correto afirmar que:

- (A) o registro documental deve ser mantido atualizado no mínimo a cada semestre pelo psicólogo que acompanha o procedimento;
- (B) o registro informatizado tem caráter sigiloso e tem por objetivo contemplar de forma minuciosa o trabalho prestado;
- (C) o registro deve contemplar a identificação e assinatura da chefia/direção da unidade em caso de serviço psicológico prestado em serviços-escola e campos de estágio;
- (D) os documentos resultantes da aplicação de instrumentos de avaliação psicológica deverão ser arquivados em pasta de acesso exclusivo do psicólogo;
- (E) o acesso integral às informações registradas pelo psicólogo em seu prontuário é vedado ao usuário ou seu representante legal.

28

Após furtar uma lapiseira no shopping, Ágatha, de 12 anos, foi levada à Delegacia de Polícia, que registrou o ato infracional e encaminhou ao Ministério Público.

Frente à situação descrita, é acertado dizer que:

- (A) a prática de ato infracional não pode ser atribuída à menina porque Ágatha ainda é criança pela lei;
- (B) o Ministério Público pode conceder a remissão antes de iniciado o processo judicial;
- (C) o delegado pode determinar a internação provisória por, no máximo, 45 dias;
- (D) o juiz deve conceder a remissão antes de iniciado o procedimento judicial;
- (E) o Conselho Tutelar é a autoridade que deve aplicar a medida socioeducativa no caso em análise.

29

Dentre os deveres fundamentais do psicólogo encontra-se o de prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência sem visar a benefício pessoal.

Analise as afirmativas a seguir sobre formas de aplicação de psicoeducação nessas circunstâncias desafiadoras, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() Devem-se atender as vítimas oferecendo suporte e informações sobre o que aconteceu e sobre as reações esperadas nessas experiências.

() Devem-se oferecer consolo e distração aos sobreviventes de desastres para que não sejam revitimizados com lembranças dos entes queridos perdidos e reações pós traumáticas.

() Deve-se oferecer atendimento psicoterápico individual ou grupal, com estratégias como a da constelação familiar, que considera os traumas familiares não resolvidos.

() Devem-se oferecer informações sobre métodos de enfrentamento positivo para lidar com o estresse, a ansiedade, o medo ou outras emoções intensas associadas à crise.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F – V;
- (B) F – V – V – F;
- (C) V – F – F – V;
- (D) F – F – V – F;
- (E) V – V – F – F.

30

Com relação ao racismo estrutural, é correto afirmar que:

- (A) todo racismo é estrutural e todos são responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas;
- (B) o racismo individual indica questões psicopatológicas subjetivas;
- (C) o conceito de racismo estrutural não deve ser usado para a defesa de ações afirmativas;
- (D) o racismo institucional não tem relação com o racismo estrutural;
- (E) a presença de minorias em instituições públicas implica em alteração nas relações de poder sociais.

31

A parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Saúde para implementar o fechamento gradual de hospitais de custódia no Brasil, alinhando-se à Lei nº 10.216/2001, reflete uma mudança significativa nas abordagens de tratamento de transtornos mentais em contexto criminal.

De acordo com essa política antimanicomial e com as políticas públicas de atendimento à população em situação de vulnerabilidade, é correto afirmar que:

- (A) os apenados internados sob medida de segurança em hospitais de custódia sem referência familiar serão transferidos para acolhimento nas comunidades terapêuticas;
- (B) a internação psiquiátrica do criminoso imputável com transtorno mental fica vedada, a não ser como medida punitiva;
- (C) os leitos de saúde mental em hospital geral serão uma opção de serviço residencial para os pacientes imputáveis ambulatoriais em situação de rua;
- (D) a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei será encaminhada para os serviços da rede de atenção psicossocial e da rede de proteção social;
- (E) as pessoas que cometerem crimes sob efeito de álcool e/ou outras drogas deverão ser submetidas a internação compulsória para desintoxicação.

32

O DSM V considera que transtornos de personalidade são comportamentos ego-sintônicos que começam na infância/adolescência e são classificados em 3 clusters: A, B e C.

O cluster C abrange:

- (A) apenas o transtorno de personalidade dependente;
- (B) apenas o transtorno de personalidade esquiva ou evitante;
- (C) apenas o transtorno de personalidade obsessivo-compulsivo;
- (D) apenas o transtorno de personalidade dependente e o transtorno de personalidade obsessivo-compulsivo;
- (E) o transtorno de personalidade dependente, o transtorno de personalidade esquiva ou evitante e o transtorno de personalidade obsessivo-compulsivo.

33

A Resolução CFP Nº 008/2010 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Analise as alternativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

() O assistente técnico é profissional designado para assessorar a Justiça e deve exercer tal função com isenção em relação às partes envolvidas, estando sujeito a impedimento ou suspeição legais.

() O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios do código de ética profissional.

() O psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado.

A sequência correta é:

- (A) F, F, V;
- (B) F, V, V;
- (C) V, V, V;
- (D) V, V, F;
- (E) V, F, V.

34

A abordagem da alienação parental requer o conhecimento da lei brasileira que dispõe sobre o tema (Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 / Lei nº 14.340, de 18 de maio de 2022). Os atos de alienação parental são considerados como interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente para que repudie o(a) genitor(a) ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com ele (a).

É correto afirmar que:

- (A) é considerado ato de alienação parental o ato que é cometido por um ou ambos os genitores, e não pela família extensa;
- (B) o juiz poderá decretar a perda do pátrio poder quando caracterizados atos típicos de alienação;
- (C) o laudo pericial terá base em avaliação psicológica, social ou psiquiátrica, compreendendo, obrigatoriamente, entrevista pessoal com as partes e observação da interação da criança com os genitores;
- (D) a prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável e constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente;
- (E) é ato de alienação parental mudar o domicílio para local distante, mesmo por razões financeiras ou laborais, resultando na dificuldade de convivência da criança com o outro genitor.

35

Susana, turista espanhola, grávida de 8 meses, entrou em trabalho de parto enquanto estava visitando Campo Grande. Foi atendida em um hospital público da cidade, onde deu à luz a sua filha Roseta.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) Susana deve ressarcir os gastos hospitalares aos cofres públicos, pois o SUS é apenas para cidadãos brasileiros;
- (B) Susana só poderia ser atendida após promoção do Ministério Público atuante na Vara de Família;
- (C) o hospital agiu corretamente, pois todas as mulheres têm direito a atenção humanizada no parto pelo SUS;
- (D) Susana só poderia ser atendida em hospital público após a autorização judicial da Vara de Infância;
- (E) o hospital não deveria ter prestado atendimento sem que houvesse decisão judicial da Vara de Família.

36

Aprovado no concurso para psicólogo do TJ MS, Luciano foi lotado em Vara de Família. Em entrevista com um casal em processo de separação, teve acesso a informações que não dizem respeito à motivação do processo.

Segundo as disposições trazidas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, Luciano:

- (A) deve colocar todas as informações a que tiver acesso nas entrevistas, pois o juiz irá avaliar o que é importante;
- (B) precisa perguntar ao magistrado o que ele considera importante abordar no estudo psicológico;
- (C) deve submeter à chefia da psicologia os dados que chegaram ao seu conhecimento para avaliar o que incluir no laudo;
- (D) deve restringir as informações no laudo psicológico apenas ao que for necessário para a tomada de decisão;
- (E) precisa considerar com seu terapeuta os limites éticos de apresentar no laudo o que foi mencionado nas entrevistas.

37

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem, desde 2016, fomentando a prática de conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio da qual os conflitos que geram dano são solucionados de modo estruturado. Para tanto, é necessária a participação do ofensor e, quando houver, da vítima, bem como das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos.

Trata-se aqui da justiça:

- (A) Itinerante;
- (B) comutativa;
- (C) distributiva;
- (D) retributiva;
- (E) restaurativa.

38

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) abriram caminho para a inserção da psicologia na assistência social. O SUAS se divide em dois níveis de proteção, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

Sobre o trabalho social com famílias desenvolvido no âmbito dos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), é correto afirmar que:

- (A) a PSB tem o propósito de prover o assistencialismo e a tutela das populações mais vulneráveis para a garantia do acesso aos direitos de cidadania;
- (B) o fortalecimento da função protetiva da família está diretamente ligado à proteção que esta recebe a partir da sua inclusão nas políticas públicas;
- (C) a psicologização dos fenômenos sociais é fundamental na identificação das causalidades psíquicas dos fenômenos da desigualdade e das injustiças sociais;
- (D) o profissional de psicologia deve realizar psicoterapia com famílias e/ou indivíduos no CRAS, podendo encaminhar os casos mais graves, que necessitam do acesso à política de saúde mental;
- (E) o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e do precário ou nulo acesso aos serviços públicos é direcionado, na/pela equipe multidisciplinar, ao serviço social.

39

Em levantamento feito em março de 2024, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) tinha em torno de 36 mil pretendentes para 5 mil crianças e adolescentes disponíveis para adoção. Apesar do número mais elevado de adotantes, costuma-se dizer que a conta não fecha.

Um dos motivos apontados para essa situação é o fato de que:

- (A) é obrigatória a permanência de crianças e adolescentes em acolhimento por pelo menos 18 meses, de modo que eles acabam passando da idade escolhida para adoção;
- (B) é comum as crianças e adolescentes integrarem grupos numerosos de irmãos, sendo terminantemente proibida a separação deles para colocação em diferentes famílias, o que dificulta sua adoção;
- (C) as crianças e adolescentes saudáveis são disponibilizados preferencialmente para a adoção internacional, restando, nas entidades de acolhimentos, os perfis menos escolhidos na adoção nacional;
- (D) o perfil pretendido pela maioria dos adotantes é de crianças pequenas e saudáveis sem irmãos, não sendo esse o perfil predominante entre as crianças e adolescentes disponíveis para adoção;
- (E) a legislação dificulta a habilitação para adoção de pessoas solteiras, casais homoafetivos e pessoas mais velhas, o que restringe a oferta de adotantes com perfil para adoção mais amplo e flexível.

40

Compreende-se por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

De acordo com a Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a aplicação da guarda compartilhada, é correto afirmar que:

- (A) o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma idêntica e alternada entre a mãe e o pai;
- (B) a guarda compartilhada será aplicada, sempre que possível, quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho;
- (C) a guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele maior competência para propiciar aos filhos afeto nas relações com o grupo familiar;
- (D) o estabelecimento público ou privado de ensino que não prestar informações a um dos genitores receberá advertência para justificar tal restrição à autoridade judicial;
- (E) o juiz, para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob guarda compartilhada, poderá basear-se em orientação técnico-profissional, que deverá visar à divisão equilibrada do tempo com o pai e com a mãe.

41

A escuta psicológica da criança nas ações de litígio familiar é essencial durante o procedimento de avaliação pericial, uma vez que, de acordo com as referências técnicas para a atuação em varas de família, tal escuta deve ter como finalidade:

- (A) avaliar se estão sendo proporcionadas a ela a filiação materna e paterna;
- (B) fazer acareação com os pais e responsáveis visando a buscar a veracidade dos fatos narrados;
- (C) permitir que ela escolha a guarda de acordo com o seu melhor interesse;
- (D) decidir o regime de visita e de convivência da criança com os seus pais e responsáveis;
- (E) inquirir sem causar danos em relação a possíveis situações de abuso e violação de direito.

42

O Conselho Federal de Psicologia publicou a Nota Técnica nº 4/2022/GTEC/CG que versa sobre os impactos da lei da alienação parental na atuação das psicólogas e dos psicólogos.

De acordo com a nota, que tem posicionamento crítico, é correto afirmar que a lei:

- (A) designa o psicólogo como profissional responsável por conduzir as visitas assistidas no fórum, sem que o conselho de classe deva ser consultado;
- (B) deixou de incorporar as categorias clínicas do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria;
- (C) prioriza a perspectiva pedagógica em vez da punição, sendo aquela incapaz de fazer frente às famílias disfuncionais que violam o direito de convivência da criança;
- (D) contempla normativas do Conselho Federal de Psicologia que orientam a produção de documentos escritos resultantes de avaliação, porém ainda deixa de lado algumas técnicas reconhecidas pela ciência psicológica;
- (E) determina acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial como forma de coerção e tratamento compulsório do chamado genitor alienador, distanciando-se de disposições do código de ética profissional do psicólogo.

43

A Resolução CFP nº 017/2012 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos.

De acordo com a resolução, é correto afirmar que:

- (A) o periciado deve ser informado acerca dos seus direitos e deveres legais mediante a avaliação pericial psicológica;
- (B) a devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para os objetivos da perícia, a demanda realizada e o diagnóstico resultante da avaliação;
- (C) a apresentação de consentimento formal a ser dado por pelo menos um dos responsáveis legais é necessária quando a pessoa atendida for criança;
- (D) a recusa da criança ou adolescente em submeter-se às avaliações para fins de perícia psicológica deve ser informada verbalmente à autoridade demandante da avaliação;
- (E) o trabalho pericial poderá contemplar métodos e técnicas reconhecidos pela ciência psicológica, garantindo como princípio fundamental a investigação da psique humana.

44

Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles:

- (A) apenas à autoridade policial;
- (B) apenas ao Ministério Público;
- (C) apenas ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- (D) apenas à autoridade policial e ao Ministério Público;
- (E) à autoridade policial, ao Ministério Público e ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

45

Desde 1999, o Conselho Federal de Psicologia vem afirmando que as sexualidades não hetero-cis-normativas não devem ser consideradas como doença, perversão ou inadequação. Nessa perspectiva, publicou, em 2023, as “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+”.

Analise as afirmativas a seguir sobre o tema.

- I. Pessoas intersexo têm características sexuais inatas que não se enquadram nas normas médicas e sociais para corpos femininos ou masculinos e que criam riscos ou experiências de estigma, discriminação e dano.
- II. As práticas que visam às reorientações sexuais de lésbicas, gays e bissexuais podem ser realizadas por profissionais de psicologia, uma vez que estejam subsidiadas por estudos ditos científicos.
- III. Reconhecer-se ainda criança como menina ou menino, diferente de como foi inicialmente nomeada(o) ao nascer, é um relato muito presente de pessoas transexuais, travestis e não binárias.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

46

O envelhecimento da população impõe desafios à legislação e às políticas públicas no sentido de garantir proteção e assistência integral para um envelhecimento saudável do ponto de vista físico, psicológico e social.

Marta, 71 anos, solteira, trabalha como secretária executiva e reside com seus dois gatos. A medida prevista em lei que neste momento irá contribuir para o envelhecimento saudável de Marta, respeitando sua autonomia, é:

- (A) a curatela por pessoa confiável que irá assisti-la nos atos da vida civil;
- (B) a moradia em instituição asilar pública ou privada adequada a seu perfil;
- (C) o pagamento do Benefício de Prestação Continuada no âmbito da assistência social;
- (D) a autorização judicial para a união estável ou matrimônio, garantido o regime de separação de bens;
- (E) a participação em atividades culturais e de lazer incentivada por descontos nos ingressos.

47

Pedro, que tem 70 anos, percebe um salário mínimo como aposentadoria. Ocorre que ele ficou doente e vem usando a maior parte de seus recursos na aquisição de remédios. Diante desse quadro, suas filhas Lucinda e Marilei buscaram a Defensoria Pública, comprometendo-se a prestar solidariamente a responsabilidade alimentar com o pai, assumindo, cada uma, o valor de meio salário mínimo como pensão alimentícia.

Com relação ao caso apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a transação feita por Marilei e Lucinda tem valor legal e o acordo celebrado deve ser cumprido;
- (B) o acordo celebrado não tem valor legal, pois o Ministério Público é o órgão que deveria ter celebrado a transação;
- (C) apenas uma das filhas deve ser a responsável por prestar alimentos, sendo proibida a divisão da responsabilidade;
- (D) a transação não tem valor legal porque deveria ter sido celebrada diante do juiz da Vara de Família;
- (E) o acordo é nulo pois teria que ter ocorrido diante do juiz da Vara do Idoso.

48

Fernando, 15 anos, cumpre medida de semiliberdade em unidade do sistema socioeducativo. Ele foi matriculado em uma escola municipal próxima à unidade, faz tratamento no CAPSi e iniciou um curso de informática em um projeto social. Sua família está sendo atendida no CREAS do município.

Esse conjunto de ações reflete:

- (A) o princípio da incompletude institucional;
- (B) a essência da justiça restaurativa;
- (C) os mecanismos da progressão de medida;
- (D) o modelo teórico da instituição total;
- (E) a política de penas alternativas.

49

Antônio, que tem três anos, não fala e não responde ao ser chamado pelo seu nome. Seus pais observam que o menino não consegue fazer contato visual e apresenta rituais repetitivos, como balançar-se rodando objetos e batendo palmas.

Do ponto de vista psicopatológico, esses comportamentos podem ser sugestivos de:

- (A) depressão;
- (B) TEA;
- (C) TOD;
- (D) ansiedade;
- (E) TOC.

50

Pedro tem 18 anos e cursa o último ano do ensino médio. Seu rendimento escolar vem decaindo sensivelmente porque não dorme durante a noite, jogando durante todo o período noturno pela internet com outras pessoas que só conhece online. Pedro evita contatos sociais que não se relacionem aos jogos online e diz que os jogos o aliviam da tristeza.

Segundo o DSM V, os comportamentos de Pedro são sugestivos de:

- (A) psicose puerperal;
- (B) *gaming disorder*;
- (C) *gaslighting*;
- (D) síndrome de Munchausen;
- (E) transtorno opositivo desafiador.

51

A alternativa que NÃO apresenta uma diretriz da política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher é:

- (A) a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;
- (B) a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;
- (C) a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;
- (D) o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher;
- (E) a manutenção do vínculo trabalhista da mulher vítima, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

52

A relação conflituosa entre Cristina e Mônica quanto à divisão de tarefas está comprometendo o desempenho da equipe, afetando o ambiente de trabalho e prejudicando o andamento das tarefas.

Uma mediação de conflito nesse contexto buscará:

- (A) restabelecer a comunicação para que elas procurem soluções consensuais;
- (B) apontar quem tem razão quanto ao objeto e aos motivos do conflito;
- (C) persuadir as servidoras a restaurarem os vínculos rompidos pelo conflito;
- (D) arbitrar as formas de reparação dos danos causados pelo conflito;
- (E) abordar, com cada oponente, de forma sigilosa, as vantagens de um acordo.

53

Compreendida como força motriz do tratamento psicanalítico, a transferência corresponde à demanda de amor que o paciente dirige ao seu analista, cujo lugar passa a ser, segundo Lacan, o de:

- (A) pai totêmico;
- (B) sujeito suposto saber;
- (C) mãe suficientemente boa;
- (D) ego prazer-desprazer;
- (E) posição esquizo-paranoide.

54

Gustavo tem 8 anos e está acolhido há cinco meses, pois vivia com sua mãe, Joana, que foi presa e ainda se encontra privada de liberdade.

O Estatuto da Criança prevê o tratamento da situação narrada EXCETO em relação à premissa de que:

- (A) Gustavo tem o direito de visitar a mãe no presídio, independentemente de autorização judicial;
- (B) nenhuma criança deve ficar acolhida mais de dezoito meses, salvo se houver razão que atenda ao seu superior interesse;
- (C) o investimento na reintegração de Gustavo à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência;
- (D) Gustavo deve ter sua situação processual reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses;
- (E) Gustavo deve ser colocado como disponível para adoção, desde o aprisionamento de Joana.

55

Marta, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no estado Alfa, estava conduzindo o veículo da repartição quando, agindo com imperícia, ingressou em local proibido e atropelou Ana.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, é correto afirmar, caso Ana almeje ingressar com a ação cabível para a reparação dos danos, que:

- (A) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, devendo ser provada a culpa de Marta;
- (B) somente Marta pode ser responsabilizada, considerando o caráter culposos de sua conduta;
- (C) o estado Alfa e Marta devem ser solidariamente responsabilizados, sendo exigida a prova da culpa desta última;
- (D) pode-se optar pela responsabilização do estado Alfa ou de Marta, devendo ser demonstrada a culpa desta última no exercício funcional;
- (E) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, independente da demonstração da culpa de Marta, cabendo ação regressiva contra esta última.

56

Ana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, foi acometida de grave patologia e, em consequência, aposentada por incapacidade para o trabalho. Algum tempo depois, perícia médica atestou a plena recuperação de Ana, que estaria apta a exercer as mesmas funções que exercia anteriormente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) Ana foi regularmente aposentada, daí decorrendo o ato jurídico perfeito, com a definitividade do ato de aposentadoria;
- (B) é hipótese de aproveitamento de Ana, caso haja vaga e a aposentadoria tenha ocorrido há menos de cinco anos;
- (C) ocorrerá a reversão de Ana, considerando a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria;
- (D) Ana será readaptada, considerando a alteração da situação fática que motivou a sua aposentadoria;
- (E) Ana será reconduzida ao cargo ocupado em momento anterior à aposentadoria.

57

No âmbito do município Alfa, estavam sendo realizados estudos visando à reforma administrativa municipal, sendo aventadas três possibilidades: (I) criar órgãos públicos despersonalizados, com competência para atuar em certas áreas; (II) ampliar o número de entes da Administração Pública indireta; e (III) criar novas secretarias municipais.

As possibilidades alvitradas nos itens I a III devem ser classificadas como exemplos, em ordem, de:

- (A) unipessoalidade, desconcentração e descentralização;
- (B) desconcentração, descentralização e desconcentração;
- (C) desconcentração, multipessoalidade e despersonalização política;
- (D) descentralização, desconcentração e multipessoalidade personalizada;
- (E) multipessoalidade despersonalizada, descentralização e despersonalização política.

58

Determinada temática está sujeita à competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Ao realizar essa constatação, Ana, deputada estadual que pretendia apresentar uma proposição legislativa sobre a referida temática, concluiu corretamente que:

- (A) as normas específicas editadas pelo estado preponderam sobre as normas nacionais editadas pela União;
- (B) os municípios não podem incursionar na temática, mesmo para suplementar normas da União ou do estado;
- (C) os entes federativos podem legislar livremente sobre a temática, que irá vigor no respectivo nível federativo;
- (D) a superveniência de norma geral da União, que colida com norma estadual, não revoga esta última, apenas suspende a sua eficácia;
- (E) as normas gerais editadas pelo estado devem ser observadas pelos municípios situados em seu território, mas são preteridas pelas normas gerais da União.

59

No processo de registro de candidaturas para determinada eleição, foi identificado que: (I) João não preencheu as condições de elegibilidade exigidas; (II) Maria foi alcançada por uma causa de inelegibilidade; e (III) Ana estava com os seus direitos políticos suspensos.

Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que:

- (A) em I, a cidadania está ineficaz;
- (B) em todas as situações, a cidadania foi afetada apenas em sua acepção ativa;
- (C) tanto em I como em II, a cidadania foi afetada em suas acepções ativa e passiva;
- (D) em III, a cidadania foi afetada tanto em sua acepção ativa como em sua acepção passiva;
- (E) em III, foi reconhecida a perda de nacionalidade, que comprometeu o alistamento eleitoral.

60

João foi acusado, pelo Ministério Público, da prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe aplicada pena restritiva de direitos, além da imposição do dever de reparar o dano que causara. Pouco após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, João faleceu sem deixar patrimônio para os seus dois filhos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que os dois filhos de João:

- (A) devem cumprir a pena restritiva de direitos, além de ressarcir o dano;
- (B) devem apenas ressarcir o dano, sem cumprir a pena restritiva de direitos;
- (C) devem cumprir apenas a pena restritiva de direitos, sem ressarcir o dano;
- (D) não devem nem cumprir a pena restritiva de direitos nem ressarcir o dano;
- (E) não devem cumprir a pena restritiva de direitos, e somente devem ressarcir o valor principal do dano, sem juros.

Realização

